

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: TCU faz ressalvas a proposta de leilão da cessão onerosa	2
Título: Óleo nas praias do Nordeste não tem origem no Brasil, afirma Bolsonaro	4
Título: Governo tenta elevar dividendo com aporte de minoritários na Eletrobras	5
Título: Braskem busca acordo para problema em AL	7
Título: Credores aprovam venda de sondas da Sete Brasil	9
Título: Só as grandes petroleiras não aliviam crise das emissões, diz chefe da Eni.....	11
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	12
Título: Mais de cem toneladas de óleo foram recolhidas de praias	12
Título: Petrobrás negocia programa bilionário de seguros.....	13
Título: Investimento reflete interesse estratégico.....	14
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	15
Título: Oleo que atinge 133 praias do Nordeste pode ser da Venezuela, indicam análises ...	15
Título: Mais de 1001 de borra de petróleo foram retiradas, diz Salles.....	18
VEÍCULO: O Globo.....	18
Título: Estados podem ter R\$ 4 bi para destravar reforma	18
Título: Governo quer acelerar privatizações, diz Mattar	20
Título: O tamanho gigantesco do Estado-empresário	21
Título: A lenta resposta do governo às manchas de óleo no Nordeste	23
Título: Bolsonaro diz que Brasil 'não é responsável' por óleo em litoral.....	24
Título: Indígenas assumem liderança de protestos no Equador.....	26
Título: Câmara e Senado disputam recursos públicos	27
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	30

Título: Governadores discutem leilão do pré-sal	30
Título: Manchas não são do Brasil	32
Título: Viagem e pré-sal atrasaram voltação da Previdência.....	33

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/10/2019

Seção: Brasil

Autor: Murillo Camarotto — De Brasília

Título: TCU faz ressalvas a proposta de leilão da cessão onerosa

Problemas no cálculo das compensações que serão pagas à Petrobras durante a exploração das áreas da cessão onerosa podem prejudicar o interesse no leilão desses campos, previsto para o mês que vem. O alerta consta no relatório técnico do Tribunal de Contas da União (TCU), que será avaliado pelo plenário do órgão amanhã.

Os auditores aprovaram com ressalvas a proposta do governo para o certame. Segundo o documento, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) estimou em US\$ 45 bilhões o valor que será pago à Petrobras como compensação aos investimentos que vêm sendo feitos na área desde o contrato de cessão onerosa foi firmado.

De acordo com o TCU, esse montante deveria ser estimado e deduzido dos fluxos de caixa projetados, resultando na redução do VPL (valor presente líquido) esperado para cada jazida e, conseqüentemente, das expectativas de receitas para a União.

Os técnicos alegam que os primeiros anos de operação conjunta das áreas (Petrobras e futuros sócios) geram o maior impacto no cálculo da compensação em favor da estatal. Ocorre que, nesses anos, o preço do barril de petróleo se encontra bastante abaixo do valor definido previamente, de US\$ 76,18.

“Atualmente, o preço do Brent no mercado spot se encontra abaixo dos US\$ 60, e a EPE [Empresa de Pesquisa Energética] prevê que o preço médio do Brent somente superaria o valor predefinido a partir de 2027”, informa o relatório técnico.

Dessa forma, entende o TCU, utilizar o valor de US\$ 76,18 para o barril de petróleo Brent proporciona à Petrobras uma superavaliação de suas perdas, nos anos iniciais, que deverão ser compensadas financeiramente.

“Assim como impacta as expectativas de receitas da outorga para a União, o valor de compensação à Petrobras também impacta as expectativas dos licitantes, tanto em VPL esperado quanto em níveis de desembolso financeiro para as operações, já que serão os contratos de partilha de produção que devem pagar essa compensação. Portanto, a compensação à Petrobras impacta diretamente a competitividade da licitação e os níveis de oferta que poderão ser apresentadas”, afirma o parecer técnico.

Na avaliação dos auditores, a ausência de regras mínimas sobre a condição de pagamento das compensações devidas à Petrobras gera imprevisibilidade em relação aos fluxos de caixa das empresas licitantes, que deverão dispor de elevadas quantias para a quitação dessas obrigações financeiras, levando-as, “por prudência, considerar que o montante deverá ser pago à vista”.

Se considerados os valores projetados para outorgas e compensações, informa o tribunal, o desembolso imediato para os investidores pode ficar muito elevado. “Mesmo para as empresas de maior porte no mercado internacional, consorciadas ou não, indicar a necessidade de dispor de aproximadamente US\$ 76 bilhões (cerca de R\$ 300 bilhões) no início da execução de contratos, em que o horizonte é de 35 anos, pode se mostrar incompatível com o valor dos ativos licitados e com as práticas de mercado o que, ao fim, pode resultar em fracasso do certame.”

Também foram identificados vários problemas com a PPSA, estatal criada para representar a União nos contratos de partilha de produção. Os recursos à que a empresa tem direito, referentes a leilões já realizados, vêm sendo contingenciados, o que se reflete na estrutura insuficiente para gerir os contratos bilionários.

Em um primeiro momento, os auditores queriam que o governo e a ANP ficassem proibidos de assinar novos contratos de partilha, até que fosse comprovada a implementação de medidas saneadoras “que garantam o suporte necessário à PPSA de gestão eficiente dos contratos”. Após um apelo do Ministério da Economia, entretanto, ficou definido que será concedido um

prazo para a regularização da estatal, que passa por um aumento significativo do quadro de servidores.

O TCU também apontou problemas na carga fiscal definida sobre o bônus de assinatura dos contratos, que corresponde ao percentual que o Estado pretende alcançar da apropriação econômica dos resultados da execução do contrato licitado. O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) terá 30 dias para demonstrar as análises e fundamentações para os valores que foram definidos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/10/2019

Seção: Brasil

Autor: Renan Truffi e Fabio Murakawa — De Brasília

Título: Óleo nas praias do Nordeste não tem origem no Brasil, afirma Bolsonaro

Presidente afirma que investigações ainda estão em curso e que produto pode ter vazado até de embarcação naufragada

O presidente Jair Bolsonaro disse que o vazamento que se espalhou pela costa nordestina é de óleo que não é produzido ou comercializado no país e pode ter vindo de um navio estrangeiro. Segundo Bolsonaro, o governo federal já identificou qual pode ser o país responsável pelo vazamento, mas informou que essa informação ainda não pode ser divulgada.

“O que está constatado é que existe petróleo nesse óleo, ele não é produzido no Brasil nem é comercializado no Brasil”, disse. “Aproximadamente 140 navios fizeram o trajeto por aquela região e pode ser algo criminoso, pode ser um vazamento accidental, pode ser um navio que naufragou também, agora é complexo. Temos no radar um país que pode ser a origem desse óleo e trabalhamos da melhor maneira possível para dar uma satisfação à sociedade.”

Bolsonaro falou após reunião no Ministério da Defesa. Além disso, ele afirmou que o óleo “tem um DNA” e o governo tem certeza que, por isso, o petróleo não é brasileiro. “Estamos investigando, analisando. Tem um DNA: não é produzido em território brasileiro, não é comercializado de fora para cá esse tipo de óleo. A certeza é que não é do Brasil, não é responsabilidade nossa. A análise vai dizer de que país é, de onde é, que país veio, qual navio.”

O presidente ainda negou que o governo tenha demorado para agir. “Essas manchas de petróleo que apareceram nas praias do Nordeste começaram a ser analisadas por nós desde de 2 de setembro, há mais de 30 dias. E, como elas

persistiram, nós fizemos uma ordem de serviço para oficializar o que estávamos fazendo. É uma investigação bastante complexa porque elas migram para o norte e para o sul na região da Paraíba e tem uma corrente da África. Para cima, tem uma corrente das Guianas, para baixo, no sul, tem a corrente do Brasil”, ressaltou

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, sobrevoou o litoral sergipano para avaliar o impacto das manchas de óleo encontradas desde o dia 2 de setembro em toda a costa nordestina. Até domingo o material oleoso havia atingido 132 praias de 61 municípios de nove estados do Nordeste. O Ibama está fazendo o monitoramento diário.

O sobrevoou durou cerca de 30 minutos. O ministro estava acompanhado do governador do Estado, Belivaldo Chagas, e gestores do Ibama - o diretor de Proteção, Olivaldi Alves, e o chefe-substituto da Coordenação-Geral de Emergências Ambientais, Marcelo Amorim. O presidente do ICMBio, Homero Cerqueira, também viajou a Sergipe.

O helicóptero que conduzia o grupo pousou na praia do Viral, no litoral sul do Estado, onde trabalhadores faziam a limpeza do local.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/10/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Governo tenta elevar dividendo com aporte de minoritários na Eletrobras

O governo estuda novo plano de aumento de capital na Eletrobras que pode render um adicional estimado em R\$ 1 bilhão aos cofres da União em dividendos. A manobra ajudaria a fechar as contas da administração federal neste ano. Conforme antecipado ontem pelo **Valor PRO**, serviço de informações em tempo real do **Valor**, a ideia em estudo é fazer um aumento de capital com recursos dos minoritários, considerando a subscrição dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (Afacs) feitos pela União em 2016. A notícia não agradou ao mercado e as ações da elétrica, que já estavam caindo, aceleraram a queda e terminaram o dia com perda de 7,9%.

Esse incremento seria possível com injeção de caixa na Eletrobras, a partir da adesão dos minoritários, dando a capacidade financeira necessária para o pagamento de dividendos retidos. O **Valor** apurou que o desenho da operação

será discutido em reunião da diretoria da Eletrobras hoje. Também está prevista a assinatura de um decreto presidencial relativo ao assunto nesta semana.

Do total de dividendos relativos ao exercício de 2018, a companhia aprovou o pagamento de R\$ 1,25 bilhão. Por não ter capacidade para pagar integralmente os dividendos obrigatórios, ela aprovou a retenção de outros R\$ 2,3 bilhões, em reserva especial de dividendos.

Outro benefício do plano, segundo pessoas envolvidas nas conversas, seria a limpeza do balanço da Eletrobras, reduzindo complexidades que dificultam a leitura da estatal pelo mercado, e que acabam penalizando as ações da elétrica. Também se espera, com a operação, melhorar a estrutura de capital da companhia.

O decreto a ser assinado pelo governo, que, segundo uma fonte, já está na Casa Civil, tem como principal objetivo deixar claro que não haverá dinheiro novo do Tesouro no aumento de capital. De acordo com outra fonte, o decreto seria o cumprimento de um rito para formalizar a confirmação da integralização dos Afacs em capital na Eletrobras.

Tecnicamente, a operação em estudo considera a subscrição de cerca de R\$ 4 bilhões já desembolsados pela União à Eletrobras, em operações de Afac nos últimos anos e corrigidas pela Selic. Nesse sentido, em linhas gerais, os minoritários teriam que desembolsar um valor proporcional aos R\$ 4 bilhões para manterem sua posição na companhia.

Para estimular a adesão dos minoritários, a Eletrobras estuda aplicar um deságio sobre o valor da ação, além de apostar na perspectiva de privatização em 2020, o que tende a valorizar o papel. “Na minha visão, o minoritário não vai querer não acompanhar”, disse uma fonte. Segundo ela, o minoritário tem um incentivo muito forte para manter sua participação na empresa, contando com a privatização no ano que vem. A operação, no entanto, não tem relação direta com o plano de privatização da empresa.

De acordo com exercícios feitos pela Eletrobras, a previsão era de que a União receberia R\$ 450 milhões relativos aos dividendos de 2018. Havendo o aumento de capital e a distribuição de dividendos retidos, a distribuição para a União poderia alcançar um valor acional de cerca de R\$ 1 bilhão. Os minoritários, que, pelas projeções, receberiam R\$ 536 milhões, teriam acréscimo de R\$ 800 milhões.

Pelos cálculos da estatal, porém, para que os recursos entrem no caixa da Eletrobras e parte seja distribuída na forma de dividendos ainda neste ano, a publicação do decreto precisa acontecer nesta semana. Também é preciso

realizar uma reunião do conselho de administração da Eletrobras para debater o assunto na semana que vem. Com o aval do conselho, será preciso convocar, com 30 dias de antecedência, uma assembleia geral extraordinária, para o início da segunda quinzena de novembro. Considerando um período de 30 dias para a operação, os recursos entrariam no caixa da estatal na segunda quinzena de dezembro.

Outra questão interessante a se observar, caso seja confirmado aumento de capital, será a postura do BNDES sobre o assunto. O banco de fomento possui, via BNDESPar, 16% das ações ordinárias e 2,73% das preferenciais da Eletrobras.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/10/2019

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes e Ivo Ribeiro — De São Paulo

Título: Braskem busca acordo para problema em AL

Alvo de ações bilionárias e no centro do tiroteio entre o grupo Odebrecht e seu credores, a Braskem almeja alcançar junto às autoridades um acordo relacionado ao afundamento do solo em bairros de Maceió (AL), preferencialmente até o primeiro trimestre de 2020, apurou o **Valor**. A petroquímica já conquistou o apoio de entidades empresariais e representativas da sociedade civil no debate de soluções para problemas mais imediatos na capital alagoana. Mas, dentro da companhia, a leitura é a de que um acordo formal deveria ser fechado antes do início da campanha eleitoral, por volta de abril, sob o risco de o imbróglio judicial se arrastar por prazo indeterminado.

O que inicialmente era visto como um problema de solução relativamente fácil tornou-se caro - os gastos chegam à casa de centenas de milhões de reais sem considerar o desembolso em um eventual acordo - e complexo, por causa da dimensão política que alcançou e da falta de consenso sobre a responsabilidade da mineração de sal-gema da Braskem no comprometimento de vias e imóveis nos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro.

Companhia discute possíveis soluções com federação da indústrias, Crea, prefeitura, OAB e associação comercial

Atualmente, a companhia tem contra si três ações civis públicas: do Ministério Público Estadual mais Defensoria Pública, do Ministério Público do Trabalho e do Ministério Público Federal. Todos pediram o bloqueio de recursos da petroquímica, que teve de oferecer R\$ 6,4 bilhões em seguro-garantia para evitar que esses valores fossem levantados de seu caixa.

Além disso, relatório final da Comissão Especial de Inquérito (CEI) da Câmara de Vereadores de Maceió pediu o indiciamento da direção da Braskem. Nesta semana, a Câmara dos Deputados vai constituir uma Comissão Externa, formada por cerca de dez integrantes, para apurar o caso. Um dos deputados federais que vão compor a comissão é João Henrique Holanda Caldas, o JHC (PSB), líder nas pesquisas de intenção de voto para eleição à Prefeitura da capital alagoana.

As incertezas relativas ao problema em Maceió também pesaram na decisão da LyondellBasell de desistir da compra da Braskem - além do atraso na entrega do formulário 20-F referente ao exercício de 2017. E serão levadas em conta por um futuro comprador, num momento em que a controladora Odebrecht tenta sobreviver à recuperação judicial.

Mas um acordo final está condicionado, por parte da Braskem, à conclusão de estudos independentes, incluindo o uso de sonares nos 35 poços de extração, que ainda estão em curso. Dois desses estudos já apontaram inconsistências e falhas na metodologia do relatório do Serviço Geológico Brasileiro (CPRM), que associou o afundamento do solo à exploração de sal-gema. Segundo fontes, a companhia deseja um acordo, mas não pretende assumir responsabilidades que não lhe cabem.

Na petroquímica, a avaliação é a de que cada um dos bairros vai requerer uma solução diferente - e, no caso de encostas como a do Mutange, uma área condenada há muitos anos, a responsabilidade não caberia à Braskem. Enquanto aguarda os resultados, a companhia abriu um canal de diálogo importante com entidades alagoanas que reconheceram a necessidade de buscar, em conjunto, soluções para os problemas imediatos.

Há cerca de 20 dias, sob organização da Federação das Indústrias do Estado do Alagoas (Fiea), representantes da Braskem se reuniram com membros da Prefeitura de Maceió, OAB-AL, Crea-AL e Associação Comercial, que estão receosos quanto aos impactos sociais e econômicos na região. Em determinado momento, segundo fontes ouvidas pelo **Valor**, a Braskem chegou a indicar ao Poder Público que poderia fechar todas as suas operações no Estado, o que representaria uma queda drástica na arrecadação e o fechamento de milhares de postos de trabalho.

Essa opção não está mais sobre a mesa, mas a Braskem já definiu que não voltará a operar a mineração de sal-gema no município. Neste momento, a companhia estuda alternativas para retomar a produção de dicloroetano (EDC) e cloro-soda em outras fábricas na mesma cidade, que estão paralisadas desde o início de maio. Há pouco mais de seis anos, a petroquímica investiu R\$ 1 bilhão no estado para erguer uma nova fábrica de PVC, em Marechal Deodoro, que está interligada à operação de Maceió.

O governo federal também tem se mostrado sensível à situação na capital alagoana. Na semana passada, o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) ofereceu garantias à Prefeitura de Maceió para a remoção urgente de 740 famílias que vivem na encosta do Mutange. Esses moradores estão sendo transferidos para residenciais do Minha Casa, Minha Vida na cidade.

Procurada, a Fiea informou que não se manifestaria sobre o assunto. A Braskem, por sua vez, reiterou que vem atuando em conjunto com as autoridades na implantação de ações nos bairros voltadas para segurança de pessoas. “Adicionalmente, está avançando em estudos complementares que possam esclarecer as causas dos fenômenos que estão afetando os bairros de Maceió”.

A petroquímica informa que participa do Termo de Cooperação Técnica com Maceió, os ministérios públicos Federal, Estadual e do Trabalho e o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea-AL) e “está trabalhando no sentido de estabelecer novas ações em conjunto com as autoridades”. “A Braskem reitera seu compromisso social com a sociedade alagoana. Atuar na identificação das causas e na implementação de soluções nesses bairros é uma prioridade para a companhia”, acrescenta.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/10/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho — Do Rio

Título: Credores aprovam venda de sondas da Sete Brasil

A Sete Brasil avançou com uma etapa importante de seu plano de recuperação judicial, ao obter na semana passada a aprovação de seus credores para a venda de quatro de suas sondas de perfuração para a norueguesa Magni Partners. Segundo uma fonte, a meta é concluir ainda neste ano o negócio, no valor de US\$ 296 milhões, mas, para isso, ainda falta o aval da Petrobras. Concluída a operação, a empresa de sondas ainda terá um longo trabalho pela frente, e decidir o que fazer com as embarcações não vendidas, antes de encerrar a sua recuperação. A expectativa é que esse processo ainda leve dois anos.

Procurada, a Petrobras respondeu que as “negociações estão submetidas a compromisso de confidencialidade”. O **Valor** apurou com duas fontes, no entanto, que, apesar de ter aprovado os termos de um possível acordo com a Sete, em 2018, durante a gestão Pedro Parente, ainda não há, dentro do atual comando da estatal, uma decisão fechada sobre o assunto. Os novos contratos,

com a Magni, precisam passar tanto pela diretoria quanto pelo conselho de administração da companhia.

A Petrobras é a única cliente e também sócia da Sete Brasil. Depois de um longo processo de negociação, as duas partes fecharam, em março de 2018, um acordo para que a petroleira contratasse apenas quatro das 28 sondas que seriam originalmente afretadas. Pelo acordo, a estatal contratará as unidades Urca, Frade, Arpoador e Guarapari, construídas no estaleiro Brasfells, em Angra dos Reis (RJ), e no Jurong, em Aracruz (ES), pelo prazo de dez anos, a uma taxa de US\$ 299 mil/dia. Em troca, a estatal dispensaria as outras 24 sondas do projeto Sete Brasil e sairia do quadro societário da empresa.

Segundo uma fonte, contudo, o acordo não envolve o fim do litígio entre a Petrobras e a EIG, acionista da Sete Brasil que processa a estatal brasileira, nos Estados Unidos, por fraude e auxílio e cumplicidade de fraude relacionada ao esquema de corrupção investigado pela Lava Jato. Em abril, a Petrobras chegou a provisionar R\$ 1,3 bilhão, no balanço do primeiro trimestre, referente à disputa, hoje em arbitragem.

Os US\$ 296 milhões levantados pela Sete, junto à Magni, ficaram abaixo dos US\$ 554 milhões estipulados no edital e serão usados para abater apenas uma parte da dívida de R\$ 18 bilhões da empresa de sondas. Entre os principais credores da companhia estão o Fundo Garantidor da Construção Naval (FGCN), administrado pela Caixa, Banco do Brasil, FI-FGTS, fundo Canvas, Santander e Bradesco. A venda foi aprovada por unanimidade entre os credores.

De acordo com uma fonte, a ideia é acelerar os trabalhos. Para que a operação seja concluída, além do aval da Petrobras, falta a apresentação, pela Magni, dos documentos pendentes (garantia, comprovantes de capacidade de solvência etc). A Magni vai operar as sondas em parceria com a Etesco.

O processo de recuperação judicial da Sete Brasil é conduzido pela 3ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Concluída a venda das quatro sondas para a Magni, o plano de recuperação da empresa, assessorada pela Alvarez & Marsal, segue para uma nova fase, em que a companhia ainda precisará resolver o imbróglio das outras 24 sondas do portfólio da empresa - se as unidades serão liquidadas, se haverá reestruturação societária, se os ativos serão monetizados de alguma forma etc.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 08/10/2019****Seção: Empresas****Autor: Anjli Raval — Financial Times****Título: Só as grandes petroleiras não aliviam crise das emissões, diz chefe da Eni****Claudio Descalzi defende que setor responde por 10% a 15% da emissão de carbono**

O executivo-chefe da Eni disse que as grandes empresas de petróleo e gás de capital aberto não são capazes de atenuar sozinhas a crise das emissões de carbono, apesar dos holofotes sobre suas operações e da pressão para que diminuam os investimentos.

“Veja o que representamos, não mais de 10% a 15% da produção total e apenas uma porcentagem pequena das reservas mundiais de petróleo e gás”, disse Claudio Descalzi. “Se pararmos de produzir, nada vai mudar.”

Os comentários do executivo-chefe do grupo italiano chegam em meio aos pedidos cada vez mais numerosos de investidores e ativistas ambientais para que as empresas internacionais de fontes de energia reduzam os investimentos em petróleo e gás, mesmo com a demanda por esses combustíveis fósseis continuando alta.

Nesta semana, estão programadas manifestações ambientais do movimento “Rebelião Contra a Extinção” em torno a Westminster, em Londres, onde se reúnem executivos de petrolíferas para uma grande conferência do setor.

Executivos de grandes petrolíferas contrários ao movimento pela venda de seus ativos dizem que isso apenas transferiria o controle para empresas menores, que podem não ter os mesmos padrões operacionais que elas têm nem sofrer o mesmo grau de fiscalização dos órgãos reguladores.

“Se não produzirmos, alguém vai”, disse Descalzi, citando as petrolíferas estatais que produzem e controlam grande parte da produção mundial. “[E] talvez de uma forma não tão eficiente em termos de investimento, pesquisa e desenvolvimento e redução das emissões de dióxido de carbono.”

Ele disse que todos os segmentos da sociedade, desde os governos aos consumidores e outras indústrias poluidoras, precisam unir-se em torno a formas de enfrentar mudanças climáticas e evitar regras fragmentadas que tenham como alvo regiões ou setores.

“Isto não é tratado como um problema global”, disse Descalzi. “Não tem como ser resolvido com apenas um componente [...] a companhia de petróleo e gás. Precisa ser uma solução global.”

A Eni está embarcando em uma grande expansão no Oriente Médio, para diversificar suas operações em termos geográficos. A petrolífera italiana vai gastar US\$ 2,5 bilhões na exploração e produção nos Emirados Árabes Unidos, Omã e Bahrein entre 2019 e 2022. Também vai investir mais nas áreas de refino e química na região, principalmente por meio da aliança com a petrolífera estatal de Abu Dhabi.

Desde 2018, as petroleiras aprovaram investimentos de US\$ 50 bilhões em grandes projetos que vão dificultar atingir as metas climáticas, segundo o centro de estudo Carbon Tracker. A secretária-executiva da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, Christiana Figueres, disse artigo no “The New York Times” que investir bilhões de dólares em novos projetos de petróleo e gás “ignora a realidade inevitável do futuro de restrição de carbono já em curso”.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 08/10/2019

Seção: Metrópole

Autor: ANDRÉ BORGES, MARIANA HAUBERT, ANTONIO CARLOS GARCIA e JESSICA NAKAMURA, ESPECIAL PARA O ESTADO

Título: Mais de cem toneladas de óleo foram recolhidas de praias

Mancha foi identificada em 132 pontos de 68 cidades; Bolsonaro disse ter suspeita sobre dono do poluente

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, afirmou ontem que mais de cem toneladas de borra de petróleo já foram recolhidas nas praias do Nordeste – a maior parte (58 toneladas) no Sergipe. Manchas de óleo, de origem desconhecida, foram identificadas em pelo menos 132 pontos do litoral desde o começo de setembro, em 68 cidades dos 9 Estados do Nordeste. O presidente Jair Bolsonaro disse ontem que o governo tem no radar da investigação um país que pode ser o dono do poluente, mas não revelou o suspeito. “Em um vazamento como este, o que seria natural é que o comandante do navio informasse, porque acidentes acontecem”, disse Bolsonaro.

Análises já mostraram, segundo ele, que o óleo desse tipo não é produzido no País. Bolsonaro se reuniu ontem com os ministros da Defesa, Fernando Azevedo, e das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, para tratar do assunto. “Temos no radar um país que pode ser o da origem do petróleo e continuamos

trabalhando da melhor maneira possível para dar uma satisfação à sociedade e colaborar na questão ambiental”, disse o presidente. Segundo afirmou uma fonte ao Estado, o tipo de viscosidade do material que chegou ao litoral aponta para um produto similar a uma “borra” do refino, matéria mais densa e composta, em boa parte, de graxa, entre outros elementos.

O presidente informou ainda que as manchas de óleo migram para o norte e para o sul da região da Paraíba. “Aproximadamente 140 navios fizeram esse trajeto por aquela região. Pode ser algo criminoso, um vazamento acidental, pode ser um navio que naufragou também”, disse. No fim de semana, o governo de Sergipe decretou situação de emergência por causa dos danos ambientais. O último Estado a registrar a chegada da mancha foi a Bahia. Ainda segundo Bolsonaro, há impacto turístico na região – as manchas foram avistadas em destinos bastante procurados, como João Pessoa, a Praia do Futuro (Fortaleza), a Praia de Ponta Negra (Natal) e Maragogi (Alagoas).

Segundo Salles, as mais de cem toneladas foram recolhidas desde o dia 2 de setembro. A coleta, ainda de acordo com o ministro, foi feita por equipes de Ibama, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), municípios e pela Marinha. Alertado pelo governador do Sergipe, Belivaldo Chagas (PSD), sobre a possibilidade de o óleo chegar ao Rio São Francisco, responsável por 60% do abastecimento de água para o Estado, Salles ressaltou que é preciso fazer a contenção das borras de óleo o quanto antes para evitar a contaminação. Na avaliação de David Zee, professor de Oceanografia da UERJ, trata-se do maior episódio de vazamento de petróleo de uma mesma origem no Brasil, em termos de extensão. “E isso que só estamos vendo a ponta do iceberg.” Para ele, deve levar de 10 a 20 anos para que todo o resíduo seja eliminado do mar.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 08/10/2019

Seção: Colunas

Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt e Fernanda Guimarães

Título: Petrobrás negocia programa bilionário de seguros

Coluna do broadcast

A Petrobrás abriu disputa para renovar o seu programa bilionário de seguros. Considerado o maior do Brasil e um dos mais relevantes do mundo no setor de petróleo, o contrato é estimado em cerca de US\$ 150 bilhões em importância segurada. O prazo para envio de propostas terminava inicialmente na sexta-feira, mas foi adiado até esta quarta-feira. Na disputa, está o consórcio responsável pelo contrato nos últimos anos, liderado pela americana Chubb

Seguros e que conta com a japonesa Tokio Marine e a espanhola Mapfre. Outra candidata é a brasileira Austral, controlada pela Vinci Partners e que tem crescido no setor de petróleo. Ambos os grupos contam com suporte de resseguro, o seguro das seguradoras.

» O alvo. O programa de seguros da Petrobrás contempla ativos offshore, como plataformas, por exemplo, e os onshore, tais como refinarias e oleodutos. O prazo do contrato tem sido de 18 meses. Nos últimos anos, a Petrobrás tem desembolsado menos recursos para contratar seguros em meio à melhora do seu risco operacional. Isso reflete, principalmente, a reviravolta sob o ponto de vista de gestão após a Operação Lava Jato.

» Remodelado. Além disso, a estatal enxugou a apólice na última renovação, transferindo menos riscos para as seguradoras, e optou por fatiá-la em vários segmentos conforme a modalidade, como riscos de petróleo, operacionais e transporte. Antes, a Petrobrás fazia apenas um certame para todo o contrato.

» Com a palavra. Procurada, a Petrobrás não comentou. As seguradoras Chubb, Tokio Marine, Mapfre e Austral também não se manifestaram.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 08/10/2019

Seção: Política

Autor: Roberto Godoy

Título: Investimento reflete interesse estratégico

CENÁRIO:

O submarino S-41 Humaitá pode muito – quando estiver operando, vai poder disparar torpedos de 533 mm, lançar mísseis com alcance de 200 km, depositar minas e transportar times de forças especiais, combatentes de elite liberados debaixo d'água prontos para entrar em ação. É o segundo de uma classe de quatro navios de 2,2 mil toneladas, 76 metros de comprimento e quatro andares de altura, todos em construção no complexo de Itaguaí, um conjunto de 520 mil m² em instalações avançadas no litoral sul do Rio. O primeiro, o S-40 Riachuelo, foi recebido pela Marinha em dezembro de 2018.

Há pouco menos de um mês, em agosto, começou a fazer as provas de mar, duro ciclo de ensaios que vai se estender até o segundo semestre do ano que vem. Os outros dois, o S-42 Tonelero e o S-43 Angostura, vão ser comissionados em 2021 e 2022. Antes disso, em setembro de 2020, será a vez do Humaitá, que entrou agora na fase final de produção e montagem. É possível que no futuro próximo seja definido um aumento dessa flotilha, com a contratação de mais

duas unidades. Um oficial integrante do Almirantado afirmou ontem ao Estado que essa é uma decisão política que depende de uma só condição: “dinheiro”.

Iniciado em 2008, o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) é o principal elemento de dissuasão naval do País. É caro. Em 2029, quando finalmente deverá entrar na água o primeiro submarino de propulsão nuclear, a conta vai bater nos R\$ 37 bilhões. O investimento faz sentido. O Brasil projeta seu interesse estratégico por 4,5 milhões de km² ao sul do Oceano Atlântico, uma área por onde circulam 95% dos bens envolvidos no comércio exterior. Desse espaço, saem ainda 91% do petróleo e 73% do gás natural nacionais. Há também evidências de novas províncias petrolíferas além dos campos do pré-sal. “É a parcela dos oceanos sobre a qual temos responsabilidades, direitos e deveres”, diz o comandante da Marinha, almirante Ilques Barbosa Junior.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 08/10/2019

Seção: Especial

Autor: Talita Fernandes e Nicola Pamplona

Título: Oleo que atinge 133 praias do Nordeste pode ser da Venezuela, indicam análises

Bolsonaro diz que tem 'no radar' país de origem do produto derramado, mas não revela nome

BRASÍLIA E RIO DE JANEIRO- O presidente Jair Bolsonaro (PSL) afirmou nesta segunda-feira (7) que o governo já tem “no radar” um país de onde poder ter partido o óleo que atinge as praias do Nordeste brasileiro desde o início de setembro.

“É complexo, existe a possibilidade, temos no radar um país que pode ser da origem do petróleo, e continuamos trabalhando da melhor maneira possível para dar uma, não só uma satisfação à sociedade, bem como colaborar na questão ambiental”, disse o presidente ao deixar o Ministério da Defesa, onde participou de uma reunião para tratar do tema no fim da tarde desta segunda.

Questionado sobre qual seria o país, Bolsonaro pediu desculpas e disse que não poderia revelá-lo.

A Folha apurou que análises feitas pela Petrobras apontaram a Venezuela como provável origem do petróleo. A estatal realizou uma série de testes bioquímicos em amostras coletadas nas praias e, oficialmente, afirmou apenas que não era óleo produzido no Brasil.

Em relatório sigiloso ao Ibama, porém, a estatal enviou resultado de análise comparativa com o petróleo venezuelano, que tem características diferentes das encontradas no brasileiro. A conclusão reforça a suspeita de que o óleo que chegou às praias do Nordeste tenha vazado de algum navio.

A declaração feita pelo presidente reforça um diagnóstico divulgado pelo Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) no fim de setembro, quando o órgão informou que o óleo não era brasileiro.

“Nós estamos investigando, analisando, porque tem um DNA. Por exemplo, não é produzido em nenhum poço brasileiro. E não é comercializado de fora para cá esse tipo de óleo também”, afirmou.

“Então, [temos] uma certeza: não é do Brasil. Não é responsabilidade nossa. A análise continua para saber se agente consegue detectar de que país é, de onde veio, qual navio petroleiro que derramou esse óleo lá?”

O presidente não descartou a possibilidade de que o Brasil peça indenização caso seja detectada a origem do óleo, mas disse que isso está sendo tratado pelo ministro Ricardo Salles (Meio Ambiente).

“Logicamente, aí entra nessa legislação ambiental, que o ministro do Meio Ambiente, que está agora na região, ele poderá informar melhor vocês sobre isso.”

Bolsonaro disse que a causa do vazamento não é conhecida, deixando em aberto a possibilidade de ser algo criminoso ou acidental.

Para o presidente, seria natural que o comandante de um navio avisasse em caso de vazamento, mas lamentou que nada tenha sido comunicado às autoridades brasileiras.

Ele afirmou também que há um impacto negativo dos vazamentos para o turismo na região.

No começo de setembro, manchas de óleo começaram a aparecer em praias do Nordeste. De lá para cá, as manchas foram identificadas em pelo menos 133 locais em 59 municípios de nove estados: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

Entre as praias atingidas estão alguns dos destinos turísticos mais famosos do Nordeste, como Pipa (RN), Carneiros, Porto de Galinhas e Boa Viagem (PE). Segundo a última atualização do Ibama, elas já foram limpas de forma natural.

O último estado a registrar as manchas de óleo foi a Bahia, no fim da semana passada. Elas foram vistas na praia de Mangue Seco, no município de Jandaíra, que fica 210 km de Salvador na divisa com o estado de Sergipe.

Apraia é um dos principais destinos turísticos do litoral norte da Bahia e foi imortalizada pelo escritor baiano Jorge Amado ao servir de cenário para o romance Tieta do Agreste.

Também há manchas de óleo na praia de Siribinha, bucólica vila litorânea que pertence ao município de Conde (190 km de Salvador).

A região da Bahia atingida pelo óleo é uma área de proteção e preservação de tartarugas marinhas com atuação do Projeto Tamar

A fauna também foi afetada pela presença do óleo. Em oito estados, foram encontradas mortas 15 tartarugas marinhas e uma ave (Bobo-peque-no). Outras três tartarugas foram resgatadas com vida.

As primeiras manchas apareceram no dia 2 de setembro em Pernambuco. Desde então, o CPRH (Agência Estadual de Meio Ambiente) está investigando com a UEPE (Universidade Estadual de Pernambuco) a origem do petróleo.

A hipótese é que o produto tenha sido descartado de forma ilegal em alto-mar há mais de um mês. O ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) e a Marinha estão investigando o caso.

O grupo que analisa o caso, composto por órgãos ambientais estaduais e federais e pela UFPE (Universidade Federal de Pernambuco) e UFR-PE (Universidade Federal Rural de Pernambuco), identificou um ponto em alto mar com uma mancha ao lado. Ainda não há resultado conclusivo. A grande dificuldade

é a qualidade da imagem, que foi aproximada para se analisar ponto a ponto.

Eduardo Elvino, diretor de controle de fontes poluidoras da CPRH que estuda o problema desde o início em parceria com a UFPE, diz que será possível dizer com precisão onde ocorreu o vazamento ou o descarte do óleo dentro de no máximo 20 dias, o que poderá indicar qual foi a embarcação responsável.

Sobre os riscos para a saúde, a dermatologista Alessandra Romiti, coordenadora do Departamento de Cosmiatria da Sociedade Brasileira de Dermatologia, afirma que o contato de banhistas e pescadores com o óleo pode causar irritações na pele e alergias.

“Os dois principais riscos para a pele são a reação alérgica, que pode gerar coceira e vermelhidão e a formação de acnes de oclusão, ou seja, acnes geradas pelo excesso de óleo na pele, algo similar que ocorre com protetores solares oleosos.”

Romiti destaca que se deve tomar cuidado com a região dos olhos, nariz e boca. Ela orienta que, em caso de contato com o material e eventual irritação na pele, deve-se procurar um dermatologista para o tratamento, que varia do uso de pomadas e sabonetes específicos à prescrição de remédios de ingestão oral.

Em nota, o Ibama acrescenta que o petróleo cru “pode conter compostos considerados cancerígenos”.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 08/10/2019

Seção: Especial

Autor: Gabriel Araújo

Título: Mais de 1001 de borra de petróleo foram retiradas, diz Salles

SÃO PAULO | REUTERS- O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, disse nesta segunda-feira (7) que equipes dos órgãos ambientais Ibama e ICMBio recolheram mais de 100 toneladas de borra de petróleo no litoral do Nordeste desde o início de setembro.

O comentário foi publicado no Twitter após o ministro ter ido a Sergipe para vistoriar regiões impactadas pelo óleo. Ele ainda publicou na rede social fotos nas quais acompanha técnicos do Iba-ma em uma praia repleta de manchas de petróleo.

“Desde 2 de setembro as equipes do Ibama e ICMBio, (têm atuado) junto aos 42 municípios (impactados pelas manchas), Marinha e demais órgãos no recolhimento de mais de 100 toneladas de borra de petróleo”, escreveu Salles.

No sábado (5), o presidente Jair Bolsonaro determinou que a Polícia Federal, o comando da Marinha e o Ministério do Meio Ambiente investigassem as causas.

VEÍCULO: O Globo

Data: 08/10/2019

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA E GERALDA DOCA

Título: Estados podem ter R\$ 4 bi para destravar reforma

Congresso estuda nova forma de dividir recursos do pré-sal, ampliando fatia das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste

BRASÍLIA- Integrantes do Congresso desenham nova forma de dividir os recursos que serão arrecadados com o megaleilão do pré-sal, em uma tentativa de destravar a análise da proposta na Câmara e chegar a um acordo que permita votar o segundo turno da Previdência no Senado. A ideia é retirar ainda mais recursos da União e aumentar em parte a fatia destinada aos estados.

Até agora, a falta de entendimento fez lideranças jogarem atoalha: não se prevê a votação do segundo turno Previdência antes de 22 de outubro. Além disso, há risco de não haver quórum suficiente na semana que vem em razão dos eventos relacionados à canonização de Irmã Dulce, no dia 13 em Roma e no dia 20 em Salvador.

— A possibilidade real é que fique para o dia 22 — disse o líder do PSL, senador Major Olímpio (SP).

Para chegar a uma solução, a proposta discutida na cúpula do Congresso é distribuir um adicional de R\$ 4 bilhões aos governadores seguindo critérios da Lei Kandir, criada para compensar estados exportadores pela redução do ICMS nas vendas ao exterior. Esse critério privilegia estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Da última vez que o governo distribuiu dinheiro via Lei Kandir, os estados dessas três regiões ficaram com mais de 82% dos recursos.

O governo espera arrecadar R\$ 106,5 bilhões com ali-citação, marcada para novembro. Desse valor, R\$ 33,6 bilhões serão destinados à Petrobras, por conta da renegociação de um contrato chamado de cessão onerosa. O restante, R\$ 72,8 bilhões, será dividido entre União, estados e municípios.

O Senado já aprovou destinar 15% do montante para os estados e 15% para as cidades (no total, R\$ 21,8 bilhões), além de 3% para o governo do Rio (R\$ 2,1 bilhões), onde estão os campos a serem leiloados. Os senadores também definiram que a divisão do dinheiro seguirá regras dos fundos de Participação de Estados (FPE) e Municípios (FPM).

NORTE E NORDESTE

Esses fundos, porém, privilegiam Norte e Nordeste, porque atendem principalmente a regiões com menor renda per capita — cerca de 80% do total da cessão onerosa iria para esses estados. Por isso, governadores das demais regiões procuraram a Câmara para tentar alterar a regra do Senado. Essa disputa travou a proposta da divisão dos recursos na Câmara e a reforma da Previdência no Senado.

Por isso, a nova divisão dos recursos iria manter critérios já aprovados no Senado, de maneira a não prejudicar o acordo com os senadores, destravar a votação da Previdência e agradar também a Câmara. Lá, a análise está sendo feita por meio de uma proposta de emenda à Constituição, cuja admissibilidade deve ser votada hoje na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Em seguida, a Casa irá criar uma Comissão Especial, etapa em que o texto pode ser alterado.

VEÍCULO: O Globo

Data: 08/10/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Governo quer acelerar privatizações, diz Mattar

Secretário de Desestatização estuda 'fast track' para vender estatais, mas diz, em entrevista à CBN, que Petrobras, Caixa e BB não estão nos planos. E afirma ter se surpreendido com levantamento sobre patrimônio da União

O Secretário especial de Desestatização do Ministério da Economia, Salim Mattar, afirmou ontem que o governo estuda aplicar um fast track, um rito acelerado, aos processos de privatização. Ele prometeu que haverá “muitas vendas de estatais até 2021”, mas repetiu que Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Petrobras ficarão fora da lista devido ao que chama de “forte clamor” para que permaneçam empresas públicas.

Em entrevista à rádio CBN, o secretário contou ter se surpreendido com o resultado do levantamento divulgado por ele na semana passada, que revelou 637 participações diretas ou indiretas da União em empresas. Nessa conta, estão companhias diretamente controladas pela União, subsidiárias, coligadas ou participações sem poder de decisão. O número marca uma virada na forma como o governo contabilizava esse patrimônio.

Até agora, o Ministério da Economia informava apenas o número e a situação das empresas diretamente controladas pela União ou subsidiárias dessas companhias. Os relatórios não incluíam as empresas com participação minoritária da União ou de suas estatais, como o BNDES ou a Caixa.

— Constatamos que o legado que o governo Jair Bolsonaro recebeu é o de um Estado empresário — criticou.

META SUPERADA

Mattar disse que uma certa burocracia é necessária nesse processo, afinal envolve patrimônio público: — Esse processo é lento. Pode-se levar a partir de

oito meses até dois anos para privatizar uma empresa.

O secretário lembrou que o governo já superou a meta estabelecida pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, para as privatizações em 2019: US\$ 20 bilhões. O governo já contabiliza US\$ 23,5 bilhões (equivalente a R\$ 93,6 bilhões) em vendas, mas Mattar afirmou que ainda é possível vender “alguma coisa” até o fim deste ano.

Na opinião de Mattar, a visão da sociedade brasileira mudou muito em relação às privatizações, principalmente depois que muitas estatais foram prejudicadas por escândalos de corrupção.

— Pela primeira vez na História, temos um presidente absolutamente a favor das privatizações, que deseja ter um mercado com a livre competição, que deseja reduzir a quantidade de estatais. Efetivamente, todas as empresas devem ser vendidas, com exceção das que o presidente, o Congresso e a sociedade julgarem por bem permanecer. E dou o exemplo da Petrobras, da Caixa e do Banco do Brasil. Existe hoje um clamor para que essas empresas continuem estatais.

Quanto ao calendário de privatizações, Mattar repetiu que há 17 estatais na lista, como Dataprev, Serpro e Telebrás: — Algumas empresas, como a Casa da Moeda, os Correios e a Eletrobras, dependem de um projeto de lei, ou seja, dependem do Congresso. E o Congresso brasileiro já demonstrou ser absolutamente responsável e sensato, vide a reforma da Previdência (aprovada) na Câmara, onde teve mais de 370 votos. Então, o Congresso é receptivo e não devemos ter dificuldade de obter do Congresso esses projetos de lei.

VEÍCULO: O Globo

Data: 08/10/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: O tamanho gigantesco do Estado-empresário

Número de companhias públicas e de participações federais é cinco vezes maior do que se sabia

O ministro Paulo Guedes, antes de assumir o cargo, havia prometido captar em privatizações R\$ 1 trilhão, a ser canalizado para abater a preocupante dívida interna, em elevação constante enquanto o Estado brasileiro não conseguir fechar suas contas com um saldo positivo para pagar juros da dívida. Não há superávit desde 2013. Pareceu um exagero, até pelo prazo muito curto em que o futuro ministro prometeu atingir esta meta.

Não foi possível cumprir o prometido, como se previa, mas este mundo paralelo em que o Estado atua como empresário tem uma dimensão para além do que se sabia.

O que significa que há grande potencial para o Estado abater a dívida pública com a receita proveniente de desestatizações. Costumava-se usar como parâmetro o número de 134 empresas federais, distribuídas entre dependentes do Tesouro (leia-se, o contribuinte), não dependentes e subsidiárias.

É cinco vezes mais, exatamente 637. Chegou-se ao número, anunciado pelo secretário Salim Mattar, por meio do levantamento feito pela Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, subordinada a Paulo Guedes.

Mesmo que seja necessária alguma depuração —a Petrobras, por exemplo, cria “coligadas” com seus sócios para explorar petróleo, por uma questão de organização jurídico-empresarial —a quantidade de empresas e de participações é impactante.

Significa, também, que há muito trabalho para Salim Mattar, devidamente apoiado pelo governo. Mas não se está na estaca zero. Na entrevista que concedeu na quinta-feira, o secretário destacou que a meta de US\$ 20 bilhões definida para as desestatizações este ano já foi alcançada. Na cifra estão a vendas de distribuidoras da Eletrobras, contra o interesse de políticos do Norte e Nordeste; a privatização do controle da BR Distribuidora feita no mercado de ações; a alienação pela Petrobras de campos de petróleo etc.

O ganho com as privatizações não se esgota nos recursos auferidos com a venda. Há o efeito não desprezível no caixa do Tesouro, obrigado a fazer transferências para muitas estatais: em dez anos, as empresas públicas que não geram lucos receberam do contribuinte R\$ 160 bilhões, enquanto as não dependentes do Erário, R\$ 30 bilhões. Ao todo, R\$ 190 bilhões. Parte dos quais poderia ter sido investida para tirar o saneamento básico do país do padrão medieval em que se encontra em várias regiões.

O maior obstáculo a um amplo e necessário programa de privatização é político. Cada uma dessas participações do Estado gera interesses que se opõem à desestatização, e com algum trânsito nos Três Poderes.

O Estado brasileiro tende historicamente a se expandir. É de sua natureza. Para se estatizar uma empresa é sempre mais fácil, do ponto de vista político e jurídico, do que privatizar. Não por acaso.

VEÍCULO: O Globo**Data: 08/10/2019****Seção: Editorial****Autor:****Título: A lenta resposta do governo às manchas de óleo no Nordeste**

Presidente determina investigação um mês depois de começarem a surgir os primeiros sinais de poluição

No último sábado, o presidente Jair Bolsonaro determinou que seja investigada a origem das manchas de óleo que vêm aparecendo em praias do Nordeste. A decisão, publicada em edição extra do Diário Oficial, estabelece que Polícia Federal, Marinha, Ibama e ICMBio apurem as responsabilidades pelo desastre ambiental. A investigação, por óbvio, é necessária, mas chama a atenção o fato de que o governo só tenha despertado para o problema quase um mês após surgirem os primeiros sinais.

As manchas começaram a chegar à costa de Pernambuco no início de setembro e, desde então, a lista de localidades só tem aumentado. Um balanço do Ibama divulgado no último domingo mostra que já foram afetadas 132 praias dos nove estados do Nordeste — o último foi a Bahia. Ao menos 61 municípios foram atingidos pelo derramamento. Segundo o Ibama, 74 praias ainda tinham resíduos de óleo no último domingo. As mais prejudicadas são as do Rio Grande do Norte.

Não se trata de questão menor. O governo de Sergipe, por exemplo, decretou situação de emergência. Lembre-se que o turismo é indústria essencial para a economia dos estados do Nordeste, e as praias são o ativo mais valioso. Nesse sentido, o impacto é inexorável. Sem falar nos prejuízos ambientais —segundo o Ibama, a fauna já está sendo afetada em diferentes regiões. O projeto Tamar, de preservação de tartarugas marinhas, teve de suspender algumas atividades.

Embora o problema esteja sendo acompanhado por órgãos ambientais da União e dos estados, ainda pouco se sabe sobre as causas do desastre. Pelo tipo de resíduo encontrado, suspeita-se que o óleo tenha a mesma origem, provavelmente do exterior —a Petrobras informou que o material não é produzido ou comercializado pela companhia. Uma das hipóteses é que algum navio tenha descartado óleo bruto no mar ao limpar os tanques, uma prática irregular.

Espera-se que agora, a partir da determinação do presidente, possa se descobrir a origem das manchas, para que se apurem responsabilidades. De qualquer forma, ficam algumas lições. Uma delas é que o pouco-caso com o meio

ambiente, aliado ao desmantelamento dos órgãos ambientais, deixa o país vulnerável.

Outra é que acidentes desse tipo em águas internacionais precisam ser discutidos em fóruns multilaterais, pois deixam nações à mercê de problemas que não estão sob seu estrito controle. Mas também nesse caso pressupõe uma preocupação maior com o meio ambiente e a disposição para o debate em órgãos multilaterais, assuntos pelos quais o atual governo parece não nutrir simpatia.

VEÍCULO: O Globo

Data: 08/10/2019

Seção: Sociedade

Autor: GUSTAVO MAIA

Título: Bolsonaro diz que Brasil 'não é responsável' por óleo em litoral

Presidente diz que vazamento na costa nordestina pode ter sido criminoso ou acidental; ministro afirma que já foram recolhidas mais de 100 toneladas do produto

BRASÍLIA- O presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem que a responsabilidade pelas manchas de petróleo encontradas em mais de 130 praias no litoral nordestino não é do Brasil. Na saída de uma reunião no Ministério da Defesa sobre o tema, ele disse ter “constatado” que o material não é produzido nem comercializado no país e que seu derrame pode ter sido criminoso ou um vazamento acidental.

— Nós estamos investigando, analisando, porque tem um DNA. Por exemplo, não é produzido em nenhum poço brasileiro. E não é comercializado de fora para cá esse tipo de óleo também. Então, (temos) uma certeza: não é do Brasil, não é responsabilidade nossa. A análise continua para saber se agente consegue detectar de que país é, da onde veio, qual navio petroleiro que derramou esse óleo lá — declarou.

Segundo Bolsonaro, foram identificados aproximadamente 140 navios que fizeram o trajeto por aquela região.

Questionado sobre a possível origem do óleo, o presidente respondeu que não pode revelar. Antes disso, informou que as manchas começaram a ser analisadas há mais de 30 dias, desde 2 de setembro. Afirmou também ter assinado uma ordem de serviço no sábado porque a situação persistiu. Segundo ele, a investigação é “bastante complexa” porque o material migra por correntes marítimas que vêm da África e das Guianas.

MOVIMENTO NA AREIA

Ontem, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, sobrevoou o litoral sergipano e pousou em uma das praias para analisar o impacto ecológico. Ele afirmou que mais de 100 toneladas de borra de petróleo foram recolhidas por equipes do governo em praias de 42 municípios.

De acordo com técnicos da pasta, aparte de óleo mais pesada vem por baixo do nível do mar até tocar a costa. Depois, a própria maré retira as borras de óleo, que voltam e encalham nas praias.

— Então, é importante haver rapidez na retirada daquilo que está na areia e conter essas borras, para que elas não retornem (ao mar) — explicou Salles.

— Pela densidade, parece que (é um material) mais espesso, velho, que estava depositado em algum lugar.

A Petrobras confirmou que o material é petróleo cru não produzido no Brasil.

Sergipe decretou estado de emergência em municípios com praias atingidas. O Projeto Tamar cancelou temporariamente a soltura que seria realizada no local e no litoral norte da Bahia de 600 filhotes de tartarugas que nasceram no final de semana. De acordo com o projeto, a contaminação exporia os animais a risco de morte. Esta é a maior tragédia ambiental já enfrentada pelo programa de conservação marinha, criado em 1980.

Professora do Instituto Oceanográfico da USP, Leandra Gonçalves reivindica a criação de um plano de contingência para impedir catástrofes ambientais no litoral do país.

— Este episódio mostra como nossa costa está sujeita a diversos tipos de ameaças. Precisamos de um mapeamento, no litoral e offshore, para saber a fonte e a localidade do vazamento. É como procurar uma agulha num palheiro — compara.

Segundo a oceanógrafa, há dois tipos de impacto — um visto a olho nu, na areia da praia ou em animais marinhos, e outro mais enigmático, porque se infiltra nas moléculas de água e entra na cadeia alimentar. Assim, as ameaças resultantes da contaminação se estendem por muito anos.

(Colaborou Renato Grandelle)

VEÍCULO: O Globo**Data: 08/10/2019****Seção: O Mundo****Autor: MARINA GONÇALVES****Título: Indígenas assumem liderança de protestos no Equador**

Bloqueando vias e estradas, milhares se dirigem à capital; ocupação de campos de petróleo leva a corte de 12% na produção

O movimento indígena do Equador assumiu ontem a liderança dos protestos iniciados na semana passada pelo setor de transportes do país, mantendo o bloqueio de importantes estradas, incluindo o acesso a Quito, e devem finalizar hoje uma grande marcha até a capital, com 20 mil pessoas. À noite, autoridades anunciaram que a ocupação de três instalações de petróleo por manifestantes levou ao corte de 12% da produção do país.

A adesão da Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (Conaie), uma das maiores da região, pode ajudar a impulsionar os protestos, avaliam especialistas.

— O movimento indígena é tão forte no país que em 2004 foi o responsável por derrubar o presidente Lucio Gutiérrez (que renunciou após protestos populares), ele próprio de ascendência indígena — explica Elaine Tavares, coordenadora do Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA) da Universidade Federal de Santa Catarina, que estuda a causa indígena no continente há mais de uma década.

Apesar do recuo dos sindicatos de transporte, que anunciaram domingo o fim das paralisações, a Conaie afirmou que as manifestações continuarão até que o presidente Lenín Moreno retire a medida para eliminar os subsídios aos combustíveis, o que levou a aumentos de até 123%.

Moreno, que abandonou as políticas de seu antecessor e mentor, disse que não tolerará a desordem nem voltará atrás com o fim dos subsídios. O pacote econômico de austeridade visa a reduzir o déficit público de US\$ 3,6 bilhões neste ano para menos de US\$ 1 bilhão em 2020. As medidas adotadas por Moreno consolidam uma série de reformas econômicas que vêm sendo feitas pelo governo desde que ele assumiu o poder, em 2017.

— Chegaremos com mais de 20 mil indígenas a Quito para exigir que o governo nacional revogue o decreto — disse o presidente da Conaie, Jaime Vargas, em entrevista acompanhado por líderes da Frente dos Trabalhadores Unidos e de outras organizações sindicais.

— Trata-se de uma luta conjunta com os setores sociais em defesa dos grandes interesses do povo equatoriano.

No sábado, 47 soldados foram detidos por grupos indígenas em Alausí, em Chimborazo. Um dia depois, a Conaie emitiu comunicado declarando seu próprio estado de exceção nos territórios indígenas e ameaçou capturar militares que se aproximassem.

Um dos movimentos indígenas mais importantes da América Latina, o Conaie perdeu um pouco da força no governo de Rafael Correa (2007-2014), que cooptou lideranças do grupo. A decisão de Correa de implantar uma polêmica Lei de Mineração, no entanto, afastou o movimento.

— Quando Moreno assumiu, foi apoiado pelo movimento, inclusive com alguns ministros indígenas em seu Gabinete — diz Tavares.

— Mas ao aprofundar o processo neoliberal, entregando terras para a mineração, acaba perdendo parte desse apoio.

SAQUES E VANDALISMO

Ontem, indígenas mantiveram estradas bloqueadas. O governo acusou “manifestantes indígenas” de saquearem armazéns. O Conaie negou.

— Durante décadas, o movimento se manifestou em paz. É responsabilidade única e exclusiva dos líderes [indígenas] que não têm controle da situação o que está acontecendo e o que pode acontecer — afirmou Juan Sebastián Roldán, secretário da Presidência.

VEÍCULO: O Globo

Data: 08/10/2019

Seção: O País

Autor: NAIRA TRINDADE E NATÁLIA PORTINARI BRASÍLIA

Título: Câmara e Senado disputam recursos públicos

Não contemplados, senadores tentarão impedir a votação, hoje, de crédito extra de R\$ 3 bilhões ao governo federal; dinheiro seria usado para pagar emendas de deputados. As duas Casas também divergem sobre a distribuição de verbas do petróleo

Irritados com deputados em meio à queda de braço por verbas nas últimas semanas, senadores vão tentar impedir a votação, na sessão do Congresso marcada para hoje, de um crédito extra de R\$ 3 bilhões ao governo federal, que o Palácio do Planalto usaria para honrar acordo com deputados.

Para parte dos senadores, o montante serve para atender o centrão pelas negociações da reforma da Previdência na Câmara e, portanto, não deve ser votado, por ser uma espécie de “toma lá, dá cá”. A votação foi adiada na semana passada, depois de obstrução de senadores.

— O objetivo mais importante de votar esse PLN (Projeto de Lei do Congresso Nacional), que o governo e os presidentes das Casas querem, é o pagamento das emendas. Enquanto pudermos continuar obstruindo, obstruiremos —diz Randolfe Rodrigues (Rede-AP), líder da oposição no Senado.

Para outros, porém, o que falta é o governo incluir o Senado no acordo. Esperam que o Executivo encaminhe uma nova proposta, liberando uma verba maior, de até R\$ 5 bilhões, sinalizando que irá pagar também emendas e verbas extraorçamentárias a prefeituras indicadas por senadores.

— Enquanto não chegar o PLN do Senado, eles não vão deixar votar o PLN da Câmara —resume José Nelto (GO), líder do Podemos na Câmara.

O ministro Luiz Eduardo Ramos, da Secretaria de Governo, tem estudado como elaborar uma nova proposta e atender aos senadores, mas ainda não teve uma liberação da equipe econômica.

Os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), mantêm boa relação, mas o grupo que influencia Maia — líderes do PP, PL, DEM, SD, Republicanos —tem interesses antagônicos aos de uma parcela do Senado.

Na semana passada, Alcolumbre foi cobrado por líderes partidários da Câmara, mas não conseguiu votos no Senado para a derrubada de vetos do presidente Jair Bolsonaro à reforma partidária —que flexibiliza gastos dos partidos com dinheiro público — nem para a votação do crédito extra. O impasse irritou deputados.

—O Senado está usando a estratégia de esvaziar o plenário para não dar quórum nas votações de interesse da Câmara há quatro semanas. Posam como ‘Casa do bem’, colocam a Câmara como ‘Casa do mal’ e ficam nessa queda de braço querendo impor determinadas pautas — critica o líder do PL na Câmara, Wellington Roberto (PB).

DISPUTA EVIDENTE

A disputa entre as Casas foi escancarada na semana passada com a briga entre o senador Cid Gomes (PDT-CE) o deputado Arthur Lira (AL), líder do PP, por causa dos critérios para dividir com estados e municípios os recursos do megaleilão do petróleo. Ao analisar uma proposta aprovada pelo Senado com critérios para a

divisão, deputados não gostaram das projeções. Os senadores aprovaram a partilha de 67% para a União, 15% para estados e 15% para municípios e 3% para o Rio, o estado produtor.

Em meio à disputa, o senador Cid chamou Lira de “achacador” e disse que o Senado não pode ficar refém de decisões da Câmara sobre a destinação do dinheiro.

A discussão tem como pano de fundo a tentativa de reduzir os valores que serão liberados aos governos estaduais. Isso porque a maioria dos líderes na Câmara faz oposição aos governadores. O caso se aplica a Lira, cujo estado de Alagoas é comandado por Renan Filho (MDB), seu adversário.

— Todas as questões que envolvem disputas de recursos entre estados e municípios sempre têm dificuldades de avançar no Congresso e claro que essa briga acende um sinal amarelo para o que vai acontecer na reforma tributária — afirmou o presidente nacional do DEM, ACM Neto, que é prefeito de Salvador.

No mês passado, Senado e Câmara disputaram protagonismo também pela reforma tributária. O Senado deu início à tramitação do parecer de Roberto Rocha (PSDB-MA), enquanto a Câmara tocou a proposta do relator Baleia Rossi (MDB-SP). Na semana passada, Maia afirmou que o ministro Paulo Guedes (Economia) vai encaminhar à Câmara sua proposta:

— Precisamos da liderança do governo nesse processo.

Senadores temem que ocorra como na reforma da Previdência, na qual, na visão de alguns, o Senado foi uma “casa carimbadora” das alterações feitas pela Câmara.

Em um gesto ao Senado, Maia colocou na pauta da Câmara o projeto de securitização da dívida dos entes federados, que permite a cobrança de impostos e pode aumentar a arrecadação. Para Otto Alencar (BA), líder do PSD no Senado, a Casa não deve votar o segundo turno da Previdência antes que a Câmara analise essa proposta e resolva o que fazer com a cessão onerosa:

— O grande problema é que o Senado não é casa re-visora coisa nenhuma, porque se a gente muda, tem que voltar para a Câmara. Tem que mudar isso. E o grupo que comanda a Câmara, o centrão, não se entende com o Senado.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 08/10/2019****Seção: Política****Autor: Augusto Fernandes/Luiz Calcagno****Título: Governadores discutem leilão do pré-sal**

Tendo a divisão dos recursos do megaleilão de áreas do pré-sal como pano de fundo, os governadores das 27 unidades da Federação se encontram hoje em Brasília para a 7ª edição do Fórum Nacional de Governadores do ano. A chamada cessão onerosa tem movimentado o Congresso nas últimas semanas, inclusive com articulações da equipe econômica do governo federal para que sejam feitas mudanças na repartição do valor que a União espera arrecadar, dentre elas, a redução da fatia a ser repassada para os estados e municípios.

De acordo com a proposta do Planalto, em vez de receberem R\$ 10,5 bilhões dos R\$ 106,5 bilhões previstos do bônus da assinatura do megaleilão (o correspondente a 15% do valor) — como havia definido o texto aprovado no plenário do Senado em setembro —, governadores e prefeitos teriam direito a R\$ 7,3 bilhões (apenas 10%). A manobra foi pensada para que deputados e senadores também sejam contemplados com os recursos da cessão onerosa, mas governadores chiaram.

Na negociação com o Parlamento, o Executivo propôs que os congressistas também fiquem com R\$ 7,3 bilhões em emendas parlamentares, mas já se fala na possibilidade de o dinheiro ficar a cargo de estados e municípios, sem atravessadores. Os chefes de governo de estados do Norte e do Nordeste estão entre os mais insatisfeitos com as alterações. Eles são partidários da distribuição do dinheiro entre os entes federativos a partir dos critérios que regem os fundos de participação (FMP, para os municípios, e FPE, para os estados e o Distrito Federal). Esse molde garantiria uma verba maior para estados e municípios mais pobres.

Para alterar o critério de divisão, governadores sugerem que a repartição seja feita também observando os critérios da Lei Kandir, com a liberação de R\$ 4 bilhões do governo federal para compensar os estados pelas perdas de arrecadação do ICMS sobre produtos destinados à exportação. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), acredita que é possível fazer o leilão até o início de novembro, e transferir os recursos para estados e municípios em 27 de dezembro, “para que no fim do ano eles possam avançar no que é fundamental e urgente em suas regiões”.

Partilha acirrada

A polêmica negociação fez com que Rodrigo Maia se deslocasse até o Palácio da Alvorada no último fim de semana para conversar com o presidente Jair Bolsonaro. Isso porque a ideia apresentada pelo governo corre o risco de não ser aceita pelo Congresso. “O grande problema é que os estados do Sul, Centro-Oeste e Sudeste também querem participar dos 15%. Nós vamos construir um texto em conjunto, que vai ser votado muito rápido e vai garantir, ainda este ano, os 15% do FPM para os municípios e a regra dos estados, que o presidente Davi (Alcolumbre, do Senado) e os líderes do Senado e da Câmara entenderem relevante dos 15%, vamos respaldar também”, disse o presidente da Câmara após o encontro.

No início da tarde de ontem, Maia voltou a falar no tema em seu podcast. Ao comentar o que espera da sessão do Congresso, marcada hoje e conduzida pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP). “Com isso, nós vamos avançando junto com o Senado na questão da cessão onerosa, que gerou polêmica na semana passada. O presidente do Congresso está coordenando um acordo para que a gente possa, senadores e deputados, juntos, chegar a um entendimento na parte dos estados. A Câmara nunca quis reduzir a participação de 15% dos estados. Essa é uma informação que não foi verdadeira, não é justa, mas vamos olhar pra frente. O que queremos é construir esse acordo”, afirmou.

Ainda sobre a cessão onerosa, o líder do Governo na Câmara, Major Vitor Hugo (PSL-GO), disse que espera uma decisão da equipe econômica de Bolsonaro e as negociações com governadores e Congresso. “Ainda não temos uma definição por parte do governo. Precisamos garantir um acordo, para ter uma votação consensualizada e serena. Eu vejo disposição em chegarmos a um consenso. A ideia em dividir os recursos em 15% para estados e 15% para municípios tem mais força. Já a verba para parlamentares está perdendo espaço. É melhor o dinheiro na fonte que a emenda (parlamentar). Ameniza as dificuldades fiscais de muitos estados e municípios”, comentou.

“Ainda não temos uma definição por parte do governo. Precisamos garantir um acordo, para ter uma votação consensualizada e serena. Eu vejo disposição em chegarmos a um consenso. A ideia em dividir os recursos em 15% para estados e 15% para municípios tem mais força. Já a verba para parlamentares está perdendo espaço. É melhor o dinheiro na fonte que a emenda (parlamentar). Ameniza as dificuldades fiscais de muitos estados e municípios”
Major Vito Hugo (PSL-GO), líder do governo na Câmara

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 08/10/2019****Seção: Política****Autor: Augusto Fernandes****Título: Manchas não são do Brasil**

As extensas manchas de óleo que poluem todo o litoral nordestino desde setembro não foram provocadas pelo Brasil, afirmou ontem o presidente Jair Bolsonaro. Segundo ele, há “um país no radar” das investigações do governo e a substância pode ter surgido pelo vazamento em um navio petrolífero ou até por ação criminosa.

“O que está constatado é que existe um DNA, esse petróleo. É o termo que nós estamos usando. Que ele não é produzido nem comercializado pelo Brasil”, garantiu Bolsonaro, sem citar, contudo, qual seria o país suspeito pelo petróleo.

“A análise continua para a gente saber se a gente consegue detectar que país é, de onde veio, qual navio petroleiro que derramou esse óleo lá. (o petróleo) não é produzido em nenhum posto brasileiro, não é comercializado de fora para cá esse tipo de óleo. Uma certeza é de que não é do Brasil, não é responsabilidade nossa”, acrescentou.

Para o presidente, houve omissão da suposta embarcação responsável pelo vazamento, que não comunicou o fato a nenhuma autoridade brasileira. “O que é natural em um vazamento desse, o que seria natural, é o comandante do navio informar. Porque acidentes acontecem, mas, infelizmente, com o navio que aconteceu, com o possível navio, pelo que tudo demonstra, isso (comunicação) não aconteceu”, lamentou.

Desde que surgiram em setembro, as manchas de óleo já atingiram os nove estados do Nordeste e alcançaram 132 locais em 61 municípios, constatou o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Em uma força-tarefa para contornar os transtornos, o Ministério do Meio Ambiente — em parceria com o Ibama, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgãos estaduais e as Forças Armadas —, já retirou aproximadamente 100 toneladas da substância.

“É importante haver rapidez nessa retirada, agora, daquilo que está na areia e contendo todas essas borras de óleo para que elas não retornem”, comentou o ministro da pasta, Ricardo Salles, que esteve em Aracaju (SE) ontem, para monitorar a situação. Sergipe é um dos estados dos mais afetados, com 12 praias contaminadas.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 08/10/2019****Seção: Política****Autor: Bernardo Bittar****Título: Viagem e pré-sal atrasaram voltação da Previdência**

A votação em segundo turno da reforma da Previdência no Senado deve ficar para semana que vem, mesmo com as movimentações do presidente da Casa, Davi Alcolumbre (DEM-AP), para acelerar o tema. Alcolumbre ligou para líderes da oposição no fim de semana para tentar quebrar o interstício de cinco sessões entre a conclusão do primeiro turno da reforma e o início das discussões para o segundo turno, mas não teve êxito. O adiamento trouxe reflexos no mercado financeiro, com a alta do dólar comercial para R\$ 4,10.

O líder do PSL no Senado, Major Olímpio (SP), disse que o projeto “não será votado antes do dia 22”. Segundo ele, o Senado poderia tentar forçar o tema no dia 15, mas que, para isso, os senadores que viajarão para o Vaticano amanhã, para acompanhar a canonização da Irmã Dulce, teriam que voltar ao Brasil na próxima segunda-feira, dia 14. “Meus colegas senadores estão querendo colocar situações para discutir e para protelar a reforma”, afirmou, em referência à discordância sobre a divisão de recursos do leilão do pré-sal entre Estados e municípios.

Na semana passada, senadores reduziram em R\$ 76,4 bilhões a economia prevista com a reforma nos próximos 10 anos com a derrubada de mudanças no pagamento de abono salarial. A proposta original previa o pagamento do abono do PIS-Pasep para quem recebe até R\$ 1,364 por mês, mas o destaque apresentado manteve o abono para quem tem renda de até dois salários-mínimos, atualmente R\$ 1.996, mantendo o benefício para 23 milhões de pessoas. O movimento foi visto como nova derrota para o governo, já que, desde que o texto começou a tramitar na Câmara, em fevereiro, houve outras mudanças que reduziram a economia originalmente prevista.

A decisão dos senadores foi vista como alerta para que o Planalto garanta a fatia dos estados na chamada cessão onerosa da Petrobras. Um megaleilão do pré-sal, marcado para o dia 6 de novembro, pode injetar mais de R\$ 100 bilhões aos cofres públicos. O texto aprovado pelo Senado, em análise na Câmara, prevê destinar 15% dos recursos do leilão para estados e 15% para municípios, além de mais 3% para o Rio de Janeiro. Se os deputados alterarem a partilha, senadores podem travar ainda mais o andamento da Previdência.

Inicialmente, o texto da Previdência estava previsto para ser votado em

segundo turno no Senado no último dia 10. Mas, segundo Major Olímpio, “houve um entendimento de vários senadores e bancadas de que era momento de pressionarem para conseguir pleitos individuais”.

Além da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Previdência, também tramita no Congresso a chamada PEC Paralela, que reúne alterações defendidas por senadores na versão aprovada pela Câmara. Em resumo, ela cria mecanismos para facilitar o ajuste nos gastos previdenciários de estados e municípios e autoriza governadores e prefeitos a aderirem à reforma com o aval das Assembleias Legislativas. A expectativa é de que a PEC Paralela seja capaz de economizar R\$ 100 bilhões em 10 anos.

MME / ASCOM .